

## **A ACESSIBILIDADE NO SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO MODULAR DE ENSINO EM ESCOLAS DO FUNDAMENTAL MAIOR E MÉDIO EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA**

Luciano Rodrigues de Rodrigues <sup>1</sup>

### **INTRODUÇÃO**

O Sistema de Organização Modular de Ensino - SOME foi criado pelo governo do Estado do Pará no início da década de 1980 com o intuito de levar a educação as áreas mais distantes desse estado de grandes dimensões geográficas. Nos primeiros anos o SOME estava concentrado apenas nas cedes municipais.

A medida em que essas cidades foram se urbanizando, desenvolvendo e consequentemente aumentando suas demandas por educação, o governo foi inserindo o sistema regular de ensino nas cedes dos municípios, enquanto que o SOME foi pouco a pouco sendo interiorizado e chegando cada vez mais nos confins do Pará, estado esse localizado na Amazônia Oriental.

O SOME foi criado inicialmente como um projeto educacional afim de suprir essa demanda crescente no interior do estado, hoje o programa é firmado como uma política pública. Apenas no Município de Abaetetuba abrange e atende em plena década de 2017 cerca de 3.000 (três mil) alunos em 21 (vinte e uma) localidades. Ofertando o Ensino Fundamental Maior e o Ensino Médio em comunidades ribeirinhas como as dos rios Urubuéua, Paramajó, e Rio Doce. Assim como também em comunidades quilombolas como a do Médio Itacuruçá, e em ramais de estradas como na Colônia Maúba, todas localizadas no município citado situado no nordeste do Estado do Pará.

A principal contribuição social do SOME têm sido fomentar e ajudar com que crianças e jovens camponeses, quilombolas e ribeirinhos tenham acesso à educação de boa qualidade.

O tema Educação Inclusiva vem crescendo a cada dia na comunidade escolar, e a referida discussão vem consolidar uma questão mais abrangente que é a democratização do ensino básico para que todos tenham oportunidades através da acessibilidade na escola contribuindo assim com o próprio processo de ensino/aprendizagem.

A democratização é uma tendência nas discussões envolvendo a comunidade escolar do ensino básico, diversas políticas públicas que já foram criadas, tanto para facilitar, democratizar e inserir o aluno no processo.

Diversos debates que trazem a escola como foco sugerem os mais complexos assuntos, dentre os quais a inclusão democrática baseada em políticas públicas que tem por objetivos dar suporte e garantir a permanência dos alunos no âmbito escolar, entre eles nós

---

<sup>1</sup> Mestrando do Curso de Ciencia da Educação da Universidade de la Empresa - UY, lucianomaiden@yahoo.com.br.

destacaremos a abordagem na questão da acessibilidade no Sistema de Organização Modular de Ensino - SOME.

Tema que vem ganhando espaço e força a cada dia nas discussões de democratização da educação, assim como outros assuntos esse é de suma importância para a permanência e continuidade de discentes que necessitam de condições básicas para se consolidarem na comunidade estudantil e escolar.

A pesquisa em pauta não se refere ao acesso do aluno ao Sistema Modular, mesmo por que a matrícula é garantida. Então, portanto há condições de ingresso ao programa. No entanto, as barreiras diárias enfrentadas por alunos que residem em comunidades localizadas em regiões ribeirinhas do Município de Abaetetuba fazem com que essas dificuldades sejam um obstáculo a mais no processo de permanência e aprendizagem desses jovens.

As condições de acessibilidade oferecidas aos discentes para que os mesmos possam desenvolver suas atividades cotidianas na escola é em sua maioria insuficientes ou até mesmo inexistentes, haja visto a falta de investimento do poder público para se combater tais barreiras.

O objetivo desta pesquisa é analisar as questões de acessibilidade no Sistema de Organização Modular de Ensino - SOME em escolas de comunidades ribeirinhas de Abaetetuba. Seguindo mais especificamente temos como objetivo verificar as barreiras comunicacionais, existentes em escolas de comunidades ribeirinhas do município de Abaetetuba que utilizam o Sistema de Organização Modular de Ensino – SOME.

A acessibilidade no Sistema Modular deve ser pensada não só para os alunos que já ingressaram em tal modalidade de ensino, mas também naqueles alunos que por hora ingressarão ao sistema. As políticas públicas aplicadas para que a acessibilidade dos alunos transcorra nas escolas ribeirinhas do município de Abaetetuba onde funcionam o Sistema Modular ainda são incipientes, moderadas ou até mesmo ainda inexistentes.

A metodologia aplicada nesse estudo foi a pesquisa qualitativa tendo como procedimento o estudo de caso, da natureza, a pesquisa bibliográfica e a documental, além do instrumento metodológico de conversa informal com os envolvidos na pesquisa.

## **METODOLOGIA**

Esta pesquisa é de cunho qualitativo. A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. (GERHARDT, 2009; SILVEIRA, 2009). A pesquisa está classificada como exploratória, método esse que segundo Gil (2002) tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A pesquisa exploratória é flexível considerando assim a possibilidade dos mais variados aspectos ao fato estudado.

Em relação a coleta de dados a pesquisa se utilizou de técnicas de coleta bibliográfica acerca de livros e artigos de autores que serviram de base para esta. A principal vantagem de pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. (GIL, pg45, 2002).

Outra forma de coleta de dados foi a de natureza documental extraídas de leis como as do SOME e LDB, mesmo que esse procedimento se pareça muito com a pesquisa bibliográfica ambas possuem características diferentes, como mostra Gil (2002) “A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes”.

## DESENVOLVIMENTO

Os órgãos que estão responsáveis pela educação, na esfera federal, são primeiramente o Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Nacional de Educação (CNE). Na esfera estadual, ficam a cargo da Secretaria Estadual de Educação (SEE), o Conselho Estadual de Educação (CEE), a Delegacia Regional de Educação (DRE) ou Subsecretaria de Educação. E, por fim, em esfera municipal, existem a Secretaria Municipal de Educação (SME) e o Conselho Municipal de Educação (CME).

A educação básica no Brasil constitui-se e divide-se nas etapas do ensino infantil, ensino fundamental e no ensino médio.

Cabe a cada escola e instituição de ensino a adaptação interna que estarão sujeitas as suas especificidades e peculiaridades, de maneira democrática, como definir suas próprias normas de gestão, visto que cada uma tem suas próprias particularidades, levando em conta a região em que se encontra. Não se pode deixar de lembrar que essas normas devem indubitavelmente ser submetidas aos órgãos citados anteriormente, sem interferir em suas decisões e ordens de organização e estrutura do sistema de ensino em suas diversas modalidades.

No dia 15 de abril de 1980, foi implantado o Sistema de Organização Modular de Ensino – SOME, no Estado do Pará, como política pública educacional voltada para alunos que não tinham acesso ao estudo nas cidades do interior do estado, a partir de então passaram a ser ofertadas turmas de 1º e 2º Grau.

A falta de informação, de conhecimento de seus direitos faz com que parte das famílias de comunidades ribeirinhas do município de Abaetetuba nem se quer saibam que seus filhos têm garantido por lei de usufruir de uma escola inclusiva e capaz de oferecer acessibilidade para alunos com as mais diversas necessidades, tais como, físicas, intelectuais, atitudinais, arquitetônicas, entre outras.

São diversas e complexas as barreiras enfrentadas pela grande maioria das escolas públicas brasileiras assim como as escolas ribeirinhas do município de Abaetetuba também sofrem com essa realidade, mas para se obter de fato a efetivação de uma educação que promova um ensino inclusivo e integrador é necessário eliminar algumas barreiras dentre os quais podem ser citadas:

[...] os culturais, os ideológicos, os financeiros, os educacionais, os institucionais e as possíveis resistências dos pais das crianças sem deficiência, mas as atitudes, principalmente dos professores e dos colegas sem deficiências, frente à inclusão das crianças com deficiência na escola parecem também ser variáveis importantes. (CROCHÍK et al, p. 123, 2009).

A convivência entre alunos com e sem deficiência deve ser estimulada para que ambos aprendam a lidar, conviver com as diferenças e ao mesmo tempo que se possam quebrar

barreiras que muitas das vezes vemos que a sociedade enfrenta por não ter tido a oportunidade de desenvolver essas práticas no passado, a escola nos dias atuais tem essa função educadora e transformadora, quebrando barreiras que no passado pareciam amarradas a conceitos preconceituosos da sociedade.

O Sistema de Organização Modular pode e deve possibilitar essa inclusão através de condições e políticas que ofereçam acessibilidade para a comunidade escolar. As pesquisadoras Silvia da Silveira Nunes, Ana Lúcia Saia e Rosana Elizete Tavares observam que:

Especificamente sobre a convivência com pessoas com deficiência, vale lembrar a ênfase dada a essa condição, ofuscando outras características, praticamente desconsiderando o sujeito. Para além da deficiência há um sujeito com desejos, vitórias, medos, limitações, com concepções ideológicas, fazeres, gostos, vontades que não devem ser negligenciados em generalizações. Exaltar apenas essa característica desmerece as conquistas, as capacidades, a própria singularidade do sujeito. (NUNES; SAIA; TAVARES, 2015, p. 1110).

Essas importantes considerações dão ênfase a proposta de uma educação inclusiva que reconheça e valorize os alunos com deficiência dando lhes totais condições e que, sobretudo, estimule o desenvolvimento de suas potencialidades mediante a interação com os demais alunos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se ao demonstrar com esse artigo que as escolas ribeirinhas localizadas no município de Abaetetuba, no nordeste do estado do Pará tem enfrentado diversas e sérias barreiras no que tange a acessibilidade dos alunos que possuem algum tipo de deficiência.

O que se notou é que as barreiras criadas com o não cumprimento de uma educação efetivamente inclusiva determinada de acordo com os parâmetros em lei que rege a educação nesse país, compromete dessa forma o real objetivo de transmitir e interagir o processo de ensino/aprendizagem com o aluno que possui algum tipo de deficiência.

Entre os principais entraves enfrentados por essas escolas estão a ineficiência na implementação das políticas públicas de inclusão pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC/PA).

Portanto as escolas onde são ofertadas as vagas e funcionam o Sistema de Organização de Ensino Modular possuem poucos recursos pedagógicos e/ou até mesmo inexistem tais equipamentos, portanto, contribuindo com a ineficiência do ensino proposto.

Somando a esse detalhe da precariedade de materiais pedagógicos, nos deparamos com infraestruturas que não atendem por completo a necessidade dos alunos, com falta muitas das vezes de salas de aula adequadas, espaços para biblioteca, laboratórios, salas com espaços dedicados a acessibilidade para alunos com algum tipo de deficiência, auditórios, salas de vídeo e até mesmo refeitórios.

Todas essas questões verificadas acabam promovendo barreiras na acessibilidade dos educandos das escolas ribeirinhas e contribuem para uma ineficiência no processo de inclusão podendo causar uma iminente evasão escolar.

**Palavras-chave:** Acessibilidade; Some, Escolas ribeirinhas, Barreiras.

## REFERÊNCIAS

CROCHÍK, José Leon et al. **Relações entre preconceito, ideologia e atitudes frente à educação inclusiva.** Estudos de Psicologia (Campinas), v. 26, n. 2, p. 123-132, 2009.

GIL, Antonio Carlos; **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. – 6. Ed. – São Paulo : Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antonio Carlos Gil.-4. Ed. – São Paulo : Atlas, 2002

**Métodos de pesquisa** / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira ; Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

NUNES, Sylvia da Silveira; SAIA, Ana Lucia; TAVARES, Rosana Elizete. **Educação Inclusiva: Entre a História, os Preconceitos, a Escola e a Família.** Psicologia: Ciência e Profissão, v. 35, n. 4, p. 1106-1119, 2015 [s.l].